

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O DEBATE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.

Sati Albuquerque Ballabio. Mauro de Mello Leonel Júnior- Sub-área sociologia 3.14 – Ciências Sociais Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

As Unidades de Conservação (UCs) nasceram da necessidade de se preservar redutos naturais ainda não degradados do planeta, são áreas protegidas com a finalidade de manutenção dos ecossistemas naturais restantes para cumprir funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas. Estas áreas podem ser definidas como Parques de Proteção Ambiental, Área de Preservação Ambiental, Reservas Ecológicas, Reservas Biológicas, Reservas Extrativistas etc, possuem variadas formas de gestão e conservação de acordo com as diferentes categorias de manejo e seus objetivos específicos, definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A aprovação da Lei Nº 9.985 que sancionou o SNUC, tem um histórico de lutas e negociações de Ongs e setores da sociedade civil ligadas a questão ambiental que se arrastou por 8 anos. O SNUC entre outras delimitações, unificou o arcabouço jurídico referentes a UCs anteriormente disperso em várias outras leis, e ainda dividiu as modalidades de áreas protegidas em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (FERREIRA, 2004).

No Brasil as primeiras UCs, foram criadas a partir de 1930 seguindo o modelo norte americano de proteção implementado no Parque de Yellowstone, primeira área protegida criada no ocidente. Estabelecida como Áreas de Proteção Integral, estas áreas funcionam como um reduto natural e não prevêem habitantes em sua região. Conhecidos como preservacionistas, os defensores destes modelos, partem do pressuposto que o homem necessariamente degrada o ambiente em que vive.

Antonio Carlos Santana Diegues, conhecido especialista em populações costeiras e pescadores, é o principal expoente brasileiro na linha que defende o direito das populações continuarem vivendo nas áreas transformadas em UCs, faz a crítica a este modelo.

Este modelo de área protegida de uso indireto, que não permite haver residentes no interior da área mesmo quando esses se tratam de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem. (DIEGUES, 2001 p.60)

Em meados de 1980 houve a descentralização do tema do campo da biologia para outras áreas do saber, o debate saiu do determinismo preservacionista e expandiu-se quando se passou a considerar que existem grupos sociais e culturais que desenvolveram um estilo diverso de conduta de relação com a natureza.

As ciências humanas procuraram demonstrar que o conceito de natureza não é universal argumentando que diversas comunidades interagem com o seu meio de acordo com os valores e significados desenvolvidos em sua cultura. Conforme demonstra Leff, “As práticas de uso dos recursos dependem do sistema de valores das comunidades, da significação cultural de seus recursos, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas e de sua capacidade para assimilar a estas, conhecimentos científicos e técnicos modernos. (Leff, 2001 p.79)

Partindo do argumento cultural, muitos teóricos passaram a intervir em favor destas populações, e travaram um grande debate com os preservacionistas que consideram apenas o meio ambiente natural biológico. “Para eles, a natureza selvagem é intocada, intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parque nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica a diversidade cultural”. (Diegues, 1993 p. 236). Assim se dá a crítica aos preservacionistas que não atentaram para o fato de que os habitantes de certas regiões podem não estar inseridos totalmente na lógica de exploração e consumo capitalista, tendo um modo de vida mais harmônico com o meio ambiente.

Deste modo além de teóricos e estudiosos, Ongs e membros da sociedade civil, questionavam o grande número de pessoas que estavam sendo expulsas de suas terras, pois muitos lugares que foram transformados em UCs no Brasil, obedeceram esta lógica de uso restrito das terras, o que obrigou várias famílias a saírem do local onde viviam há várias gerações, gerando um contingente de pessoas que, desvinculadas de suas terras tiveram abaladas suas bases de subsistência material e cultural. Uma vez que se entende que “O território pode ser entendido como um espaço de sobrevivência que recebe inúmeros significados simbólicos; além de ser um lugar para a reprodução biológica do grupo, é o lugar de reprodução de cultura” (SALOMON *et al* 2005 p.7).

As considerações que justificam o direito das populações viverem em UCs se pautam em dois conceitos fundamentais: a questão da territorialidade e da tradicionalidade.

A questão da territorialidade, relacionada apenas para demandas territoriais indígenas, passou a ser reivindicada também nesta problemática das populações vivente em UCs. Este conceito parte da compreensão do sentido que a população da ao local em que vive, leva em consideração que a história do grupo esta ligada ao território, deste modo, é mais que um espaço físico, deve ser considerar o sentido social que é dado ao local.

A concepção da terra enquanto território socialmente ocupado é evidentemente chave para a vida deste grupo. O modo como essas famílias “guardam” sua memória nessas estruturas narrativas, inscritas sobre o território, esta intimamente relacionada com a sua capacidade de imaginar o futuro, a partir de sua própria condição de existência. (CHAGAS, 2001P.228)

As UCs criadas a partir de então passaram a ter uma certa preocupação com a população local garantindo o direito de moradia e a continuidade de seu modo de vida em áreas protegidas. Pesquisadores passaram a dedicar uma especial atenção às populações viventes nestas áreas, na busca de definir quem são, qual o seu relacionamento com o meio ambiente e o seu papel nas UCs, surgindo assim o conceito da tradicionalidade, que definira o principal argumento dos defensores de humanos viverem em Ucs.

Contudo ainda existem certas dificuldades para se definir o que é “população tradicional”, este termo não surgiu da antropologia e não coincide com o significado de conceito de tradição definidos pela antropologia¹ Esta expressão surgiu no âmbito da discussão de UCs e muitas vezes é aplicada de forma genérica, sem a necessária definição teórica.

No Brasil é empregado com referência às sociedades rústicas. Mesmo assim, o ponto básico de distinção das populações tradicionais das demais, e que as tornaria aptas a serem preservadas e permanecerem no interior das unidades de conservação, é o modo ‘harmônico’ que se relacionam com a natureza. (Adams, 2000 p. 22).

Para Diegues, a população tradicional “tem seu modo de vida, em grande parte, associado ao uso e manejo dos recursos naturais exercidos ao longo de sua permanência histórica na Mata Atlântica e em ecossistemas associados, que incluem mangues, restingas e zonas costeiras” (Diegues, 2002 p. 40)

O debate sobre as populações vivente dentro das Ucs parecia ter constituído um consenso entre os estudiosos e responsáveis por estas áreas, e assim ficou por cerca de duas décadas. “Nesse período nenhum documento oficial, de entidade ambientalista, ou de instituição financeira internacional autorizava, como condição para criar Unidades de Conservação (UCs), a utilização de meios visando a expulsão sumária das populações dessas áreas “(Rios, 2001 ² apud FERREIRA, 2004 p.3)

¹ (LITTLE, Paul. Povos tradicionais e direitos étnicos: aportes da antropologia. Mesa Redonda 25^a. RBA, 2006.

² Rios, ^a. 2001 “Populações humanas em áreas protegidas” In: Lima, André (org), 2001 *Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica*. Documentos do ISA, N. 7, Instituto Socioambiental, São Paulo.

Ferreira em artigo da revista ambiente e sociedade, realiza um panorama de como a questão da população nas unidades de conservação voltou a ser debatida, e identifica, no Brasil, linhas de pesquisas que tem uma posição contrária a defendida por Diegues.

Há no Brasil duas grandes linhas de pesquisa sobre os aspectos político-institucionais da presença humana em áreas protegidas: a) Aquelas focalizadas no papel de grupos sociais pré-modernos no manejo sustentável de recursos naturais em áreas de interesse para a conservação; e, b) mudança social e conflitos em áreas protegidas.(FERREIRA, 2004 p.3)

Na área das Ciências Sociais, os principais expoentes destas linhas são: Lúcia da Costa Ferreira, e Manuela Carneiro da Cunha junto com Almeida Júnior. Ferreira (1996, 1999) afirma que esta abordagem naturaliza os sujeitos sociais, além de ser politicamente excludente, pois restringe o direito a um grupo específico de residentes de áreas protegidas. Cunha e Almeida (2000; 2001)³ enfocam a essencialidade desta abordagem estritamente estática e limitada da cultura.(FERREIRA, 2004 p.5)

Outra questão colocada por estes grupos, é que não há linhas de atuações institucionais eficientes no manejo de populações e meio ambiente. Muitas vezes os órgãos gestores não sabem nem quem são a população vivente na área preservada. O não envolvimento dos órgãos gestores com a população gera uma série de conflitos e conseqüentemente uma gestão deficitária, que acaba por não atender a demanda da população e nem realizar sua principal proposição, que é a conservação do meio ambiente e da cultura.

Há muitas críticas em torno deste tipo de gestão inclusive dos defensores das populações tradicionais conforme anuncia Viana.

Qualquer ação que pretenda ter coerência com o ideário da sustentabilidade deve estar baseada no saber das populações tradicionais. São os índios, os caiçaras, os quilombolas, os cablocos, os ribeirinhos e os extrativistas que detêm o conhecimento mais sofisticado sobre a história de usos das florestas, sua variabilidade geográfica, taxonomia, ecologia, usos e manejos das espécies de plantas e animais, entre outros conhecimentos fundamentais para a tomada de decisões coerentes. (Viana, 2004 p.24).

Muitos problemas surgem também por não estar previsto, na legislação destas áreas, que este modo de vida, como toda cultura, tem um dinamismo e não se considera que estes habitantes não manterão para sempre uma forma de vida de subsistência. “(...) não raro o equilíbrio da vida social e a cultura desses pequenos aglomerados se modificam por fatores que exercem sua ação à distância, atraindo para a órbita de influência dos centros que irradiam, os moradores das pequenas unidades marginais.”(MUSSOLINI,1972 p. 315)

A problemática de áreas protegidas que abrigam populações gerou e ainda intensos debates entre os estudiosos no assunto, ainda não se conceitua um consenso, o trabalho proposto realiza uma síntese deste debate de modo a situar uma necessidade prática na discussão da interdisciplinaridade nas Ciências Sociais.

³ Carneiro da Cunha, M. e Almeida, M.W.B. 2000. "Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon". *Deadalus*. 129(2):315-338. Cunha e Almeida 2001. "Global environmental changes and traditional people" in Hogan, D.J. 2001. *Global environmental changes*. UNICAMP/NEPO. Campinas.

Bibliografia

- ADAMS, Cristina. *Caiçaras na mata atlântica: Pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Fapesp, 2000.
- BRITO, Maria C.W. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Anna Blume, 2003
- DIEGUES, Antonio C. *Ecologia humana e planejamento costeiro*. São Paulo: Nupaub, 2001.
- _____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, in: MAIMON, Dália; VIEIRA, Paulo F. (orgs) *As Ciências Sociais e a questão ambiental: Rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Aped, 1993.
- _____. *As ilhas e arquipélagos tropicais Brasileiros: Práticas sociais e simbólicas*, in: DIEGUES, Antonio C. (org) *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: Nupaub - USP, 1997.
- _____. *Saberes tradicionais e etnoconservação*, in: DIEGUES, Antonio; VIANA, Virgílio (orgs.) *Comunidades Tradicionais e Manejos dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Hucitec, Nupaub/Cec, 2004.
- FERREIRA, Leila C. *A questão ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Bom tempo, 1998.
- FERREIRA, Lúcia da costa. *Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças Sociais e Conflitos em torno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil*. São Paulo : revista Ambiente & Sociedade. vol 6. no. 2, 2004
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEONEL, Mauro A *morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva, 1998
- MAIMON, Dália; VIEIRA, Paulo F. (orgs) *As Ciências Sociais e a questão ambiental: Rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Aped, 1993.
- MUSSOLINE, Gioconda. *Aspectos da cultura e da vida social no litoral Brasileiro* in: SCHADEN, E (org). *Estudos Brasileiros* Homem, cultura e sociedade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SALOMON, Marlon; SILVA, Joana; ROCHA, Leandro (orgs) *Processos de territorialização Entre a história e a antropologia*. Goiânia: UCG, 2005.